

FORMAÇÃO DE COMUNIDADES ÉTNICAS POLONESAS NO RIO GRANDE DO SUL: ESTRUTURAS DE UM PROCESSO ESCOLAR¹

*Formation of Ethnic Polish Communities in Rio Grande do Sul:
Structures of a School Process*

Adriano MALIKOSKI*
Terciane Ângela LUCHESE**

Data da recepção: maio de 2017

Data da aceitação e versão final: novembro de 2017

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a formação das comunidades étnicas e o processo escolar da imigração polonesa no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), como estruturas de um processo escolar étnico desenvolvido em meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esta pesquisa utiliza os referenciais teóricos da História Cultural, considerando o caráter processual da ciência e sua contingência na análise de diferentes fontes na construção de uma narrativa, utilizando-se principalmente do conceito de processo identitário étnico de Barth (1998) associado à Hall (2006). A identidade étnica é uma das fontes na produção, sentidos das representações da realidade no imaginário social. As transformações culturais nos processos identitários é um elemento importante para a formação de comunidades e para a produção dos espaços e realidades sociais situados num tempo histórico estabelecido. Em relação à imigração polonesa, a formação de comunidades permitiu o surgimento do processo de ensino entre os imigrantes e descendentes constituindo-se em um conjunto cultural apoiado no processo de formação comunitária.

¹ Este texto é resultado de uma pesquisa mais ampla sobre as escolas da imigração polonesa no Rio Grande do Sul, desenvolvida entre 2013 e 2014.

* Adriano MALIKOSKI, Mestre em Educação (UCS) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Professor na graduação nas áreas de filosofia e pedagogia da Universidade de Caxias do Sul (Brasil). E-mail: amalikoski@ucs.br.

** Terciane Ângela LUCHESE, Doutora em Educação (Unisinos) e pesquisadora Pq CNPq 2. Professora da Universidade de Caxias do Sul (Brasil), atuando na graduação e nos Programas de Pós-Graduação nos cursos de Mestrado em História e Mestrado e Doutorado em Educação. E-mail: taluches@ucs.br.



PALAVRAS-CHAVE: comunidades étnicas polonesas, imigração polonesa, identidade étnica, imigração no Rio Grande do Sul, escolas étnicas polonesas.

ABSTRACT: This article aims to analyze the formation of Polish ethnic communities in Rio Grande do Sul, as structures of an ethnic school process developed in the middle of the 19th century and in the first decades of the 20th century. This research uses the theoretical references of Cultural History, considering the processual character of science and its contingency in the analysis of different sources in the construction of a narrative, using mainly the concept of ethnic identity process of Barth (1998) associated to Hall (2006). Ethnic identity is one of the sources in the production senses of representations of reality in the social imaginary. Cultural transformations in identity processes are an important element for the formation of communities and for the production of spaces and social realities situated in an established historical time. In relation to Polish immigration, the formation of communities allowed for the emergence of the educational process among immigrants and descendants, constituting a cultural group supported in the process of community formation.

KEYWORDS: Polish ethnic communities, Polish immigration, ethnic identity, immigration in Rio Grande do Sul, Polish ethnic schools.

INTRODUÇÃO

Os processos de escolarização e de construção de estruturas institucionais seguem condições culturais pré-existentes e são configuradas por estas. O ser humano é uma questão aberta que se constrói no andamento do processo e, deste modo, produz significados para sua existência por meio de suas crenças e das condições sócio culturais. Dentre essas condições, está a etnicidade, considerada aqui, como um importante processo de agregação comunitária formadora de grupos e de processos identitários (Hall, 2006). Nessa perspectiva, descrevemos a formação dos núcleos coloniais dos imigrantes poloneses e a formação de suas comunidades por meio da etnicidade. Considerando o objeto em estudo, relacionado à cultura de um grupo étnico que constrói sua identidade por meio de suas práticas culturais históricas, autores como Barth (1998) e Hall (2006) são importantes para a compreensão da dinamicidade dos processos étnicos e identitários nos grupos sociais. Nesse sentido, entendemos a concepção de etnia e identidade como processos dinâmicos em constantes reformulações. Essa conjuntura propiciou o surgimento de comunidades e, posteriormente, um processo de ensino. Tais compreensões são importantes para explicar as influências e as transformações de fluxos culturais nas produções humanas. Os imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul organizaram suas escolas na interação e com as representações que possuíam do mundo por meio da formação de comunidades étnicas. Em comparação com outros grupos étnicos, como os italianos, podem ser considerados em menor número, porém, tiveram suas especificidades em relação

à cultura e inserção nos núcleos coloniais, que estão presentes ainda hoje em muitos municípios do Rio Grande do Sul, tendo a escola como um dos elementos demarcadores da etnicidade.

Os motivos da atração dos imigrantes para o Brasil estavam relacionados à situação de mudanças sócio-históricas que aconteceram no séc. XIX e início do séc. XX na Europa, principalmente relacionado aos períodos de crise do sistema agrário e o aumento da massa proletária e rural que buscavam melhores condições de vida, característicos de uma imigração econômica. A imigração polonesa para o Rio Grande do Sul não pode ser pensada separada dessas transformações que aconteceram na Europa e em suas relações de transformação dos processos étnicos.

A vinda dos primeiros grupos de imigrantes poloneses, em relação ao regime político brasileiro e à instalação dos primeiros núcleos coloniais, foi organizada ainda no governo imperial. A criação da colônia Conde d'Eu, em 1870, em área cedida pelo governo imperial, nas encostas da Serra Gaúcha, pelo Ato de 24 de maio, do presidente da Província João Sertório, irá abrigar em 1875 o primeiro núcleo de imigrantes poloneses instalados no Rio Grande do Sul.

ESTRUTURAÇÃO SOCIAL ÉTNICA: FORMAÇÃO DE COMUNIDADES E ESCOLAS

Nos primeiros anos de imigração, antes de 1890, geralmente os grupos de imigrantes poloneses seguiam o destino dos imigrantes italianos, em assentamentos nas colônias nas encostas da Serra, no nordeste do Rio Grande do Sul. O trajeto até São João do Montenegro era feito através de embarcações pelo rio Caí e em barcos menores, seguiam até o porto de São Sebastião do Caí, de onde seguiam a pé ou nos chamados “carretos” por picadas em meio à mata fechada com destino, primeiramente, às colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, e depois, com a fundação de novas colônias, foram assentados em outras colônias pelo estado.

Na Serra Gaúcha, geralmente os poloneses ficaram em lotes localizados às margens do Rio das Antas e Rio São Marcos, Rio Carreiro e Rio Jaboticaba. Farina (1986) assim se refere aos imigrantes poloneses: “chegados ao Rio Grande do Sul, os desolados polacos eram imediatamente encaminhados às novas Colônias ou eram obrigados a ocupar terras sobradas nas montanhas, peraus ou muito distantes de qualquer centro” (Farina, 1986: 136).

Após chegarem às colônias não eram prontamente assentados. Antes mesmo de serem deslocados para os lotes de terra, muitos ficavam em barracões ou em hospedarias improvisadas, aguardando a demarcação dos lotes ou a destina-

ção, a qual seriam enviados. Essa espera poderia durar semanas e até meses, estando sujeitos a epidemias de doenças, privações de alimentos em acomodações insalubres. Marin (2014) afirma que no final de 1890 e início de 1891, num período de 70 dias, teriam morrido 144 crianças, 7 jovens e 4 adultos, entre os imigrantes que aguardavam em um barracão localizado no centro da cidade de Caxias do Sul – RS. O nome dos falecidos consta no Livro de Óbitos no. 1, da Paróquia Santa Teresa, na mesma cidade (Livro de Óbitos no. 1..., s.d.). Para Adami (1971), dentre as causas das mortes estavam as condições precárias de higiene e de acomodação dos imigrantes. Estes teriam sido acometidos por um surto de Cólera *Morbus*, aliado a procedimentos de curandeirismo do “prático-farmacêutico” italiano Hugo Luciano Ronca, que teria vitimado principalmente as crianças.

Como a maioria dos imigrantes poloneses chegara ao Rio Grande do Sul após 1875, a aquisição das terras ou lotes coloniais era condicionada à Lei 601, de 18 de setembro de 1850, promulgada por Dom Pedro II, que determinava que as aquisições de terras devolutas² somente seriam a título de compra. Em janeiro de 1867, novo decreto passa a reger a aquisição dos lotes, confirmando a condição de compra e que, dentre outras prerrogativas, determinava como os lotes deveriam ser medidos e demarcados; os locais de construção de estradas; a localização em planta dos rios, córregos e as disposições topográficas. Determinava também a configuração dos locais destinados para ruas, praças, logradouros públicos, igrejas, escolas e do centro social de cada colônia. Além dessas medidas, previa como deveriam ser vendidos e os prazos para pagamento dos lotes (Decreto no. 3784, 1867, janeiro 19). Ainda segundo esse decreto, a demarcação dos lotes variava de tamanho e eram divididos em rústicos e urbanos, sendo definidos os tamanhos máximos e mínimos. Os lotes rústicos eram designados para os imigrantes que tinham o objetivo de fixação definitiva e a realização de atividades ligadas à terra, como a produção de alimentos. Os lotes urbanos estavam destinados à construção dos centros sociais e à formação de instâncias administrativas.

Até 1886, além do núcleo da Linha Azevedo Castro, na Colônia Conde D’Eu, formaram-se dois outros núcleos: Santa Bárbara e Santa Tereza, na Colônia Dona Isabel. De acordo com depoimentos de memorialistas o núcleo da Linha Azevedo Castro, a Linha José Júlio e a Terceira seção do Rio das Antas fo-

² Segundo a Lei de 1850, eram consideradas terras devolutas as que não se aplicavam a algum uso público nacional, provincial ou municipal. Incluía as terras que não estavam em domínio a título legítimo e que não pertenciam a sesmarias ou a outras concessões do governo geral ou provincial.

ram os primeiros núcleos da imigração polonesa na Serra Gaúcha. Núcleos estes localizados em colônias notadamente constituídas de imigrantes italianos. Documentos da Companhia de Terras e Colonização, ligada ao ministério da Agricultura e Comércio e Obras Públicas, levam a entender que foram os três primeiros núcleos com comunidades mais homogêneas no Rio Grande do Sul da imigração polonesa, até o ano de 1886. Consta desse período, em 1877, a presença de um pequeno grupo de imigrantes poloneses que se estabeleceram também na Colônia Caxias, na 9^o légua. Conforme relatório de 27 de dezembro de 1878, na colônia Campo dos Bugres (Caxias) haviam se estabelecido – dentre 2315 italianos, 1007 tirolezes, 206 brasileiros; 202 alemães – 49 polacos. Além de pequeno número de franceses, espanhóis, suíços e ingleses.

Grupos, como o referido pelo documento, não formaram necessariamente comunidades étnicas com escolas ou sociedades. Ao longo dos primeiros anos, muitos migraram para outros locais com maiores contingentes de imigrantes poloneses assentados. Principalmente na região da Serra Gaúcha, dentre os imigrantes poloneses, constata-se que foram frequentes as migrações e o abandono dos lotes, em busca de melhores terras ou a constituição de comunidades mais homogêneas, principalmente para a região Norte do Rio Grande do Sul.

Apesar de, inicialmente, muitos imigrantes se deslocarem primeiramente pelas regiões da Serra Gaúcha, posteriormente outras rotas foram sendo construídas em diferentes regiões do estado. A imigração polonesa, a partir da década de 90 do século XIX, começou a ser dirigida não somente para as colônias de cima da Serra. Em fins do século XIX e início do século XX, novas regiões coloniais foram formadas também com imigrantes poloneses. Segundo relatório de 1887 (Relatório de Francisco de Barros..., 1887: 22) cita-se a presença de imigrantes “polacos” na colônia Alfredo Chaves. Esses teriam estado entre os 1.564 imigrantes que haviam chegado um ano antes da apresentação do referido relatório, inaugurando a Colônia de Alfredo Chaves. A partir de 1890, novos assentamentos e núcleos coloniais de imigrantes poloneses formaram-se em outras partes do Estado do Rio Grande do Sul. Iniciou-se também a formação de núcleos mais homogêneos, com maiores contingentes de imigrantes poloneses.

A formação de comunidades estava relacionada à distribuição dos lotes em cada área colonizada. Seguiu geralmente a organização em *linhas*, travessões e seções, conforme a topografia dos terrenos, como atesta o relatório do Ministério da Agricultura e Obras Públicas de 1876³. Muitas comunidades podiam distar vários

³ Documentação avulsa – Arquivo Público do Estado Rio Grande do Sul.

quilômetros do centro da sede da colônia, como o foram as comunidades localizadas nas diversas regiões que receberam imigrantes poloneses, na Serra Gaúcha.

No quadro a seguir, observa-se a distribuição de famílias etnicamente polonesas em localidades e regiões do Rio Grande do Sul no ano de 1922. Este levantamento foi realizado pelo primeiro cônsul polonês nomeado pelo governo da Polônia, Kasimierz Gluchowski, enviado ao Brasil, após a independência da Polônia na Europa. Atuou como cônsul em Curitiba com jurisdição sobre o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul entre janeiro de 1920 e maio de 1922.

QUADRO 1. NÚCLEOS COM AS QUANTIDADES DE FAMÍLIAS ASSENTADAS

Localidade	Famílias	Rural	Dispersos	Cidade
Rio Grande	200	-	-	200
Pelotas	50	-	-	50
Dom Feliciano	600	500	100	-
Arredores	100	-	100	-
Mariana Pimentel	200	200	-	-
Dispersos na região	50	-	50	-
São Brás – Camaquã	50	-	50	-
Porto Alegre	600	-	-	600
Dispersos no Sul do Estado	150	150	-	-
Santo Antonio da Patrulha	70	70	-	-
São Marcos	80	80	-	-
Antônio Prado	50	50	-	-
Alfredo Chaves	200	200	-	-
Santa Tereza	50	50	-	-
Guaporé	250	250	-	-
Jaguari	150	150	-	-
Dispersos no Centro do Estado	150	100	50	-
Erechim	100	100	-	-
Capoerê	200	200	-	-
Km 13, Castilho, Rio dos Índios	700	700	-	-
Paiol Grande	150	150	-	-
Treze de Maio	600	600	-	-
Rio do Peixe	500	500	-	-
Caçador, Ligeiro	100	100	-	-
Floresta	500	500	-	-

Cravo	100	100	-	-
Baliza	200	200	-	-
Barro	500	500	-	-
Dourado	300	300	-	-
Passo Fundo e Marcelino Ramos	250	100	150	-
Ijuí	500	500	-	-
Guarani	2000	1500	500	-
Santa Rosa e Região	200	100	100	-
Santo Ângelo	100	-	100	-
Dispersos no Oeste do Estado	200	-	200	-
Total	10 200	7 950	1 400	850

Fonte: Głuchowski (2005: 117).

A cultura étnica é uma forma de condução da produção de identidades, e seu processo dinâmico conduz os indivíduos à preservação de simbologias, valores e conhecimentos que atuam nas transformações dos espaços sociais. O conteúdo étnico se desenvolve num determinado espaço, considerando suas peculiaridades e a apropriação desse território. Nesse sentido, como bem nos recorda Barth (1998), etnia são estruturas processuais pensadas e produzidas por meio de uma significação cultural que se desenvolve e se configura de acordo com o contexto. Por esse motivo, consideramos que a cultura escolar étnica dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul deva ser pensada também por meio desses espaços construídos, pensados e imaginados, em localidades rurais e urbanas e não simplesmente por meio de descrições de documentos oficiais.

Embora existam poucos trabalhos desenvolvidos sobre a imigração polonesa e a escolarização no Brasil, podemos destacar de modo específico, a participação das crianças no processo de ocupação dos núcleos das regiões de colonização polonesa do Rio Grande do Sul. Não raras vezes, foram citadas ou relacionadas em documentos, fotografias de famílias, nas cartas que os imigrantes enviavam aos parentes e amigos na Europa, bem como nas falas e relatos dos descendentes de imigrantes (Stolz, 1997). Desde o embarque nos navios das companhias de navegação, até a fixação das famílias nos lotes coloniais, as crianças estiveram presentes e participaram de momentos trágicos. Dentre esses momentos, a morte de familiares, vítimas de doenças e epidemias que assolavam os imigrantes nas viagens, nos acampamentos ou nas hospedarias coloniais. Apesar de o governo brasileiro pagar pelo transporte das crianças para as companhias de navegação, o valor correspondente à metade ou a um quarto do valor corres-

pondente a de um adulto, serão elas que carregarão em si a continuidade das estruturas herdadas da cultura étnica trazida da Polônia e transformada de acordo com os espaços de implantação dos núcleos de imigração polonesa no Rio Grande do Sul, com preponderância no processo de escolarização dessa infância apoiada na etnicidade.

As primeiras escolas da imigração polonesa foram fundadas pela iniciativa particular das comunidades, nas quais os imigrantes viviam. Mesmo que ensinando de modo elementar os rudimentos de leitura e escrita, dentre os papéis desempenhados pelas escolas, podemos destacar o empenho em zelar pela língua e pela cultura étnica, como valores de coesão comunitária. Nesse contexto destaco a atuação das sociedades escolares que, com o tempo, foram se organizando e, posteriormente, contribuíram na formação e difusão de um processo de ensino nas Colônias da imigração polonesa.

A organização de escolas nos núcleos da imigração polonesa esteve relacionada às conjunturas políticas e sociais que envolveram as condições de implantação da Instrução Pública nos diversos recantos do interior do estado do Rio Grande do Sul. Nos primeiros tempos da imigração polonesa no Rio Grande do Sul, a conjuntura política dos territórios de onde os imigrantes procediam fez com que a maioria possuísse o mínimo de instrução, existindo também contingentes de analfabetos (Wachowicz, 2002). Por essa razão, a experiência de escolarização dos imigrantes, aliada à condição precária do ensino público na Província, compuseram estatísticas negativas da instrução pública no Rio Grande do Sul, principalmente das localidades isoladas no interior do Estado.

A implantação de escolas públicas sempre foi propalada como uma das principais preocupações dos governantes, desde o período imperial, e também após a Proclamação da República. Apesar da obrigatoriedade do ensino público primário na Província ser instituída através da Lei no. 771 (1871, maio 4), e reguladas por outras leis posteriores, de 1872 e 1876⁴ para crianças de 7 até 15 anos de idade do sexo masculino e de 6 a 12 anos do sexo feminino, residentes em uma área distante não mais que um quilômetro da sede da escola, nas colônias e núcleos de diferentes grupos de imigrantes não havia escolas públicas. Também no Relatório da Instrução Pública (1883), havia uma preocupação constante com a questão do ensino primário na província pelas autoridades governamentais.

⁴ Sobre o assunto ver: Schneider Portella (1993).

A disponibilidade de ensino público e gratuito, como apregoavam os governantes da época, eram eventos raros nos assentamentos da imigração polonesa. Nesse viés, Şek (1986: 383) informa que um dos problemas em relação à Educação do Brasil, no período imperial, era a grande quantidade de analfabetos em todas as províncias. Esse problema do analfabetismo prolongou-se até após a Proclamação da República durante o século XX. Apesar das disposições a favor da Educação por parte dos governantes, muitos dos projetos ficavam apenas nas intenções e debates, havendo pouco investimento nas iniciativas de formação de escolas públicas no interior do Estado. Pouco de efetivo foi feito pela difusão do Ensino Primário pelos poderes governamentais, tanto no Período Imperial quanto após a Proclamação da República. No período do Brasil Império, houve até certa supervisão do ensino, bem como a participação do governo na ajuda para o pagamento de professores com o intuito de estimular os filhos dos colonos para que se constituíssem em “cidadãos brasileiros” (Şek, 1986: 383). Essa circunstância visava a estimular a cultura nacional entre os imigrantes que aqui foram instalados.

Aliada ainda aos problemas de estruturação em relação à Instrução Pública, outra circunstância importante era a questão do idioma falado pelos diversos grupos de imigrantes. Havia muitas dificuldades em organizar escolas públicas com professores que atendessem conjuntamente os diversos grupos. Nesse sentido, para Schneider (1993), como não bastasse a instrução pública se apresentar num estado precário na província, existiam dificuldades para encontrar professores que compreendessem as línguas e dialetos que os imigrantes falavam na implantação de escolas públicas em colônias habitadas por diferentes nacionalidades. Nesse sentido, era necessário primeiramente compreender o que as crianças falavam para depois poder ensinar.

Essa conjuntura deixou praticamente o Ensino Primário nas mãos dos imigrantes com suas especificidades étnicas. Soma-se à falta de escolas públicas nas colônias, a necessidade que os imigrantes possuíam de implantação da escola para proporcionar o mínimo de ensino para as crianças. A condição da maioria dos imigrantes com pouca instrução não impediu que, por iniciativa própria, buscassem o ensino elementar nos núcleos em que foram instalados.

Contudo, deve-se destacar que, além da falta de escolas públicas, o que incentivou os imigrantes poloneses a construir suas escolas foi preponderantemente uma motivação étnica que congregasse a língua e a cultura trazida da Europa. Essa motivação foi importante para a formação de escolas em comunidades mais homogêneas. Da mesma forma que os imigrantes prezavam que

o atendimento religioso fosse feito por um sacerdote polonês, ou que falasse a língua polonesa. Eles almejavam também que o professor fosse escolhido dentre aqueles que dominassem a língua e que fosse ao mesmo tempo do grupo étnico. Conforme Cuber (1898), em meados da década de 1890, em Ijuí, foi construída uma escola para atender a demanda de Ensino Público em espaço concedido pelo diretor da Colônia como forma de pagamento aos imigrantes poloneses por terem construído uma praça. Porém, a indicação de um professor por parte de imigrantes alemães, com o apoio de funcionários da Comissão de Terras, motivou para que construíssem outra escola e nomeassem um professor que ensinasse em língua polonesa. Nas localidades e núcleos desses imigrantes, se o professor não dominasse a língua polonesa, simplesmente as famílias não enviavam seus filhos para a escola.

Em Porto Alegre, de acordo com o periódico “Gazeta Handlowo-Geograficzna” (1897: 76), editado em Lwów, território de domínio austríaco, informa que alguns imigrantes objetivavam a fundação de uma Sociedade Polonesa com o objetivo de manter uma biblioteca com livros escritos em polonês, ressaltando o propósito posterior da manutenção da língua para as gerações futuras, bem como o cuidado e auxílio para com os imigrantes recém-chegados. Essa referida Sociedade deu origem a uma escola que passou a congregar as especificidades da cultura étnica polonesa na cidade de Porto Alegre.

Nesse viés, a implantação de escolas em centros urbanos, como em Porto Alegre e Rio Grande, onde o ensino público abrangia uma maior parcela da população, a questão do pertencimento étnico e a busca pela organização de sociedades reforçam essa iniciativa para a contemplação das especificidades étnicas. Nessas duas cidades, foram criadas três escolas étnicas, uma em Rio Grande e duas em Porto Alegre. Assim, deve-se admitir o importante papel desempenhado pela etnicidade na condução do processo de ensino, não só nos núcleos urbanos, como também nos núcleos rurais.

De acordo com Głuchowski (2005: 163), o berço das escolas étnicas polonesas no Brasil foi a escola criada em 9 de outubro de 1876 pelo professor Jerônimo Durski, logo após a fundação da Colônia Órleans no Paraná. Para o autor, não foi uma iniciativa da coletividade, mas resultado do empenho pessoal do próprio imigrante e professor. Essa escola teve, entretanto, uma duração efêmera, permanecendo em atividade somente até 1881, quando foi fechada pelo Governo do Estado, em razão de intrigas que o professor possuía com um sacerdote católico, Padre Luís Przytarski. O autor não especifica as razões das intrigas, apenas afirma que, “por motivos puramente pessoais o padre trava uma luta

acirrada com Durski, apesar de este ser um católico correto e um homem muito dócil”. (Głuchowski, 2005: 164). Essa escola pioneira para os imigrantes poloneses do Brasil possuía 41 alunos, sendo que um deles era de nacionalidade inglesa. Głuchowski (2005), pondera que Durski ensinava principalmente em polonês, além de disciplinas em português, exigidas pelo governo na época.

Considerado o pai das escolas polonesas no Paraná, foi autor da primeira cartilha bilíngue português-polonês editada por Karol Szulc no ano de 1893, em Poznan, território polonês. Essa cartilha circulou nos núcleos coloniais, sendo utilizada por professores e crianças da imigração polonesa. Possuía noções de ensino elementar, tanto da língua portuguesa como em língua polonesa.

NEGATIVO DA CAPA DA PRIMEIRA CARTILHA BILÍNGUE DE JERÔNIMO DURSKI



Fonte: Acervo Padres Vicentinos – Curitiba – PR.

Num período que se estende desde o início da imigração polonesa para o Rio Grande do Sul em 1875 até o processo de nacionalização compulsório em 1938, diversas escolas foram organizadas em diferentes núcleos e regiões coloniais, formando uma cultura escolar com as marcas da etnicidade polonesa. Conforme o periódico *Polonia* (1931: 1), editado pela Sociedade de Livre Pensamento⁵, em Porto Alegre, no ano de 1931, a escola e a capela eram uma imagem comum nos núcleos coloniais poloneses. No entanto, um quadro estatístico geral das escolas da imigração polonesa no Rio Grande do Sul foi produzido pelo censo escolar do consulado polonês em Curitiba no ano de 1937⁶. No referido

⁵ Sociedade existente entre 1917 e 1938. Funcionava na sede da Sociedade Polônia em Porto Alegre. Era leiga, de cunho progressista liberal e tinha por objetivo a valorização da identidade polonesa e sua expressão cultural.

⁶ Parte dessa documentação fotocopiada encontra-se no acervo do Museu Municipal de Áurea, RS. A documentação completa dos originais foram enviados para Universidades da Polônia para devido inventário e catalogação. Até o presente não estão ainda disponíveis para consulta.

relatório temos, em números gerais, os dados das escolas existentes no Rio Grande do Sul por região. Os dados apresentados podem apresentar falhas ou lacunas que não foram devidamente investigados ou analisados no período do objeto em questão. As escolas apresentadas pelo relatório é a relação mais completa do processo de ensino étnico polonês no Brasil.

QUADRO 2. CENSO ESCOLAR DA IMIGRAÇÃO POLONESA NO RIO GRANDE DO SUL, EM 1937, DIVIDIDO POR REGIÕES

Região	Escolas	Abertas	Fechadas	Em organização
Ijuí	10	10	-	-
São Feliciano	16	13	1	2
Mariana Pimentel	6	5	1	-
Guaporé	8	8	-	-
Treze de Maio (região norte)	24	19	5	-
Boa Vista do Erechim	25	16	9	-
Palmeira – Irai	7	7	-	-
Santa Rosa	10	6	3	1
Guarani	20	20	-	-
Porto Alegre – Rio Grande	2	2	-	-
Total	128	106	19	3

Fonte: Przegład Towarzystw i Szkół Polskich w Brazylii (1937).

Os dados apresentados contribuem para a análise da dimensão de alcance da organização das escolas nas regiões no Estado. Importante observar o elevado número de escolas que estavam fechadas, possivelmente por falta de professores. Para Gardolinski (1977), as escolas eram importantes centros mantenedores da cultura nos núcleos da imigração polonesa no Rio Grande do Sul.

Um dado interessante é que onde a imigração polonesa foi mais homogênea⁷ constatamos um maior número de escolas. E, em núcleos onde a colonização foi mista ou heterogênea, há um menor número de escolas. Destaca-se a grande quantidade de escolas que existiram nos municípios de Dom Feliciano, Guarani das Missões e em Erechim e região. O sistema de ensino desenvolvido ao longo do processo de formação dos núcleos teve contribuição efetiva a iniciativa dos imigrantes na formação de comunidades e na organização de sociedades escolares.

Circunstância importante foi a reconstituição da Polônia independente após a Primeira Grande Guerra. Após esse período, o sistema de ensino étnico será propagado por diversas localidades e núcleos da imigração polonesa no Rio

⁷ Homogêneas no sentido de considerar uma maior coesão étnica ou de valores pelos quais se formaram as comunidades.

Grande do Sul. Em muitas localidades dotadas de escolas, o ensino terá como a principal especificidade étnica a utilização da língua polonesa nos espaços escolares. O número de escolas de cada município corresponde à análise de onde existiram escolas étnicas, porém, em alguns lugares, essas escolas deixaram de existir antes mesmo do processo de Nacionalização do Ensino em 1938.

CONCLUSÃO

A identidade étnica foi uma das fontes sob as quais foram organizados os sentidos e representações de um processo escolar no imaginário social, produzindo processos identitários e constituindo-se em um elemento importante de formação das comunidades nos núcleos de imigração polonesa. As realidades históricas foram imaginadas, pensadas e produzidas num constante processo de transformação. Essa aproximação do processo étnico-identitário na formação de comunidades ajudou a compreender uma cultura escolar como demarcador de etnicidade, em seus significados na formação das coletividades, aqui, em especial, a dos imigrantes poloneses.

Há dificuldades em determinar os números de imigrantes poloneses que vieram para o Brasil, devida às contingências e heterogeneidades dos grupos de imigrantes do leste europeu, bem como em relação ao processo das partições em que estavam submetidos os territórios étnicos poloneses. Inicialmente, a formação das comunidades esteve relacionada ao número de famílias que eram assentadas em cada colônia. Contudo, não se pode delimitar o entendimento de comunidade como a construção ou a delimitação de espaços públicos. Compreendendo que a comunidade é formada por significados e sentidos de representações individuais estabelecidas no coletivo em relação aos processos identitários e étnicos. Uma capela, a sociedade e a escola são elementos simbólicos que representam que naquele determinado contexto uma comunidade foi formada.

A formação de comunidades permitiu o surgimento de um processo de ensino entre os imigrantes e descendentes de poloneses que, ao longo do tempo, constituiu-se em um conjunto cultural e de processo identitário étnico. Não necessariamente nessa ordem, entretanto, quando é mencionado o processo de ensino entre os imigrantes poloneses e seus descendentes, as fontes referendam a existência, principalmente nas comunidades rurais, deste conjunto: capela, sociedade e escola.

Tudo era processado de acordo com o significado que a comunidade possuía para a formação dos grupos. Passaram-se diversas décadas para que os imigrantes poloneses consolidassem suas associações ou organizações no Brasil. Muitas

colônias receberam significativo número de imigrantes poloneses, os quais, seguindo a dinâmica da divisão dos lotes em linhas, travessões e seções, fundaram suas comunidades, associações e posteriormente escolas.

BIBLIOGRAFIA

- Adami, J.S. (1971). *História de Caxias do Sul, 1964-1970*. I Tomo. Caxias do Sul: Paulinas.
- Barth, F. (1998). Grupos étnicos e suas fronteiras (1976), In: P. Poutigant; J. Streiff-Fenart, *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 185-228.
- Cuber, A. (1898). Z nad Uruguayu. In: F. Zdanowski, *Kalendarz Polski na rok zwyczajny 1898*. Porto Alegre: edição do autor.
- Decreto n. 3784 (1867, janeiro 19). Conjunto de Leis do Império Brasileiro.
- Farina, G. (1986). *História de Nova Prata – Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Gardolinski, E. (1977). *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, UCS.
- Gazeta Handlowo-Geograficzna (1897). Arquivo da Sociedade Polônia (material fotocopiado).
- Głuchowski, K. (2005). *Os poloneses no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski.
- Hall, S. (2006). *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DPeA Editora.
- Lei no. 771 (1871, maio 4). Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Cria o conselho. Porto Alegre: Diretor da Instrução Pública.
- Livro de Óbitos no. 1 da Paróquia Santa Teresa (s.d.). Caxias do Sul, RS.
- Malikoski, A. (2014). *Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, 1875-1939*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.
- Marin, I.J. (2014). *Imigrantes poloneses afundados num mar italiano*. Caxias do Sul: Maneco.
- Periódico Polonia (1931). Documentação avulsa. Arquivo da Sociedade Polônia, Porto Alegre – RS.
- Przegląd Towarzystw i Szkół Polskich w Brazylii (1937). Consulado da Polônia, Museu Municipal de Áurea, RS.
- Relatório da Instrução Pública (1883). Programa de Ensino Público Primário da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.
- Relatório de Francisco de Barros e Accioli de Vasconcelos, de 1887. Inspetor geral – Inspetoria Geral das Terras e Colonização.
- Sęk, J. (1986). *Szkolnictwo polonijne w Brazylii w latach 1941-1980*. Lublin: Szkolnictwo w XX wieku.
- Schneider Portella, R. (1993). *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/EST.
- Stoltz, R. (1997). *Cartas de imigrantes*. Porto Alegre, RS: Edições EST.
- Wachowicz, R.C. (2002). *As escolas da colonização polonesa no Brasil*. Curitiba: Champagnat.